ZERO HORA

Publicado em 15/07/2022 - 05:54

Congresso promulga PEC; Planalto prevê pagar benefícios em agosto

A 80 dias das eleições, PEC dos Benefícios é promulgada

O Congresso Nacional promulgou, ontem, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reconhece estado de emergência no país para permitir ao Palácio do Planalto conceder e ampliar benefícios sociais às vésperas da eleição. A medida ocorreu a 80 dias do pleito. O texto, apelidado de PEC dos Benefícios, entre outros nomes, já havia passado no Senado, e foi aprovado quarta-feira na Câmara dos Deputados após ter a tramitação acelerada por meio de manobras regimentais.

A cerimônia contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro, do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), entre outras autoridades. Articulada pelo governo com a base governista no Congresso, a PEC aumenta o Auxílio Brasil de R$ 400 para R$ 600 por mês, concede bolsa-caminhoneiro de R$ 1 mil mensais e auxílio-gasolina a taxistas de R$ 200 por mês, além de dobrar o vale-gás a famílias de baixa renda e subsidiar a gratuidade de idosos no transporte público. O custo do pacote é de R$ 41,25 bilhões fora do teto de gastos – a regra que limita o crescimento das despesas do governo à inflação do ano anterior.

O governo tem pressa para pagar as benesses, que são vistas pela campanha de Bolsonaro à reeleição como forma de alavancar sua popularidade. A expectativa é de que os desembolso comecem a ser feitos no início de agosto. Todas as medidas valem só até o fim deste ano.

A PEC teve amplo apoio no Congresso, inclusive da oposição, que chamou o pacote de "eleitoreiro", mas votou a favor. Na Câmara, foram 469 votos a favor, 17 contrários e duas abstenções no segundo turno da votação. No Senado, 67 parlamentares foram favoráveis e um contrário.

A inclusão do estado de emergência na proposta visa blindar Bolsonaro de punições da Lei Eleitoral, que proíbe a criação de benesses às vésperas de eleição, exceto em casos de calamidade pública ou emergência nacional. No discurso, de olho no eleitorado feminino, onde enfrenta resistência, Bolsonaro afirmou que a maior parte dos beneficiários é composta por mulheres.

– Pessoas importantíssimas. Nenhum homem pode sonhar em crescer na vida sem ter uma mulher na vida – disse o presidente.

Já Pacheco, alegou que a gravidade da situação do país "demandava resposta rápida" do Legislativo.

Críticas

Conforme apuração do jornal O Estado de S. Paulo, a consultoria técnica de orçamento da Câmara alertou, em nota, que a PEC cria estado de emergência desproporcional e excessivo. O aumento do preço dos combustíveis não é motivo para medida tão drástica nas regras, na avaliação dos consultores, e o efeito prático pode ser aumento nos juros e no câmbio (desvalorizando mais o real), gerando resultado inverso do pretendido.

Outro problema da PEC, na avaliação dos técnicos, é a falta de fonte de recursos para bancar os gastos. "Atinge princípios basilares de equilíbrio das contas públicas e aumenta o risco fiscal, precedente que aparenta ser excessivo", apontam.

O estado de emergência é comparado ao estado de calamidade decretado em 2020, que permitiu o orçamento de guerra adotado em plena pandemia de covid-19. Ainda assim, diferentemente das despesas da covid-19, a PEC não cria marcador específico no orçamento para acompanhar a destinação final dos gastos.

– Sem marcação, vai ser impossível acompanhar onde esses recursos estão sendo efetivamente gastos – disse o economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas.

"Ainda que a situação de emergência seja menos grave (*do que o estado de calamidade*), adota-se na PEC praticamente as mesmas dispensas e privilégios concedidos para situações mais críticas", informou em nota, a deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP).

O Novo, inclusive, prepara ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a proposta do governo.

– Nosso jurídico já está trabalhando na tese, mas é impressionante a velocidade com que o Congresso faz remendos casuísticos – criticou o presidente do Novo, Eduardo Ribeiro.

LAURO ALVES

Cerca de 200 pessoas esperavam ficha por volta das 6h30min

Após filas, novo prazo é anunciado no CadÚnico

O Ministério da Cidadania prorrogou o prazo para atualização de dados no Cadastro Único (CadÚnico), banco de onde saem os contemplados de programas sociais do governo federal, como o Auxílio Brasil (ex-Bolsa Família). A decisão ocorre diante de filas registradas nos últimos dias em diversas partes do país para a realização do serviço, como ocorreu ontem em Porto Alegre. O governo trabalha até o momento com a inclusão, a partir de agosto, de 2 milhões a mais de famílias no Auxílio Brasil com a promulgação da PEC dos Benefícios. O número de lares contemplados pode subir para 20,15 milhões. Sem a correção de eventuais inconsistências no CadÚnico, famílias podem sofrer bloqueio de benefícios.

Instrução normativa publicada no Diário Oficial da União, ontem, estabelece que os beneficiários do Auxílio Brasil que estão em processo de revisão cadastral terão até 14 de outubro para atualizar informações. O prazo venceria hoje. Já para as famílias que passam por averiguação cadastral, o prazo foi reaberto e agora têm até 12 de agosto para entregar informações. Para esse grupo, o prazo havia terminado em 10 de junho.

Devido aos impactos da pandemia, o ministério escalonou a revisão cadastral. Com isso, só famílias com cadastros atualizados pela última vez em 2016 ou 2017 foram convocadas. A pasta explica que a revisão consiste em solicitar a atualização de registros de renda, situação de trabalho, endereço ou composição familiar.

A averiguação cadastral, por sua vez, verifica dados do CadÚnico a partir de informações contidas em outros registros administrativos federais. Se forem identificadas inconsistências após o cruzamento de dados, a família deve comprovar que segue cumprindo critérios de elegibilidade ao Auxílio Brasil.

As famílias inscritas no CadÚnico também devem atualizar informações sempre que houver alteração em seus dados. Segundo o Ministério da Cidadania, os processos de atualização estão em andamento desde fevereiro e englobam 8 milhões de famílias.

Madrugada

Ainda sem a informação do novo prazo, centenas de pessoas formaram fila desde a quarta-feira e a madrugada de quinta-feira junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Porto Alegre, no bairro Farroupilha, para atualizar dados ou fazer inscrição no CadÚnico.

Por volta das 6h30min, a fila na Avenida João Pessoa ia da esquina com a Avenida Venâncio Aires até a Rua Lopo Gonçalves. Eram mais de 200 pessoas no local, abrigadas junto às marquises dos prédios, enquanto chovia e fazia frio. Na tentativa de agilizar a atualização, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) realizará a partir da próxima quinta-feira mutirão para atendimento do público em Porto Alegre.

Colaboraram: Laura Becker, Leandro Rodrigues e Tiago Boff

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Contas públicas **Pagina:** 8

Copyright © Clipclap 2025.